

ATA NÚMERO TRINTA E QUATRO

No dia vinte e cinco de junho de 2018, pelas 12:00 horas, na sua sede sita na Praça da República, em Setúbal, reuniu a assembleia geral anual da APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A., com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

- 1) Deliberar sobre o relatório de gestão e as contas respeitantes ao exercício de 2017;---
- 2) Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados relativa ao exercício de 2017;---
- 3) Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade no exercício de 2017;-----
- 4) Deliberar sobre o Plano de Atividades e Orçamento 2018/2020.-----

Aberta a sessão pela Presidente da Mesa, Dra. Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro e coadjuvada pelo respetivo Secretário, Dr. Pedro Manuel Mota Carecho Grilo, verificaram que se encontravam presentes, para além do representante do acionista Estado, Dr. André Bernardo de Lemos Alves, a Presidente e os Vogais do Conselho de Administração da APSS, S.A., respetivamente Dra. Maria Lídia Ferreira Sequeira, Dr. José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco, Dr. Ricardo Jorge de Sousa Roque, Dr. Ricardo Miguel Medeiros dos Santos e Engº Carlos Alberto do Maio Correia, os membros do Conselho Fiscal, Presidente Dra. Teresa Isabel Carvalho Costa e Vogais Dra. Sara Alexandra Ribeiro Pereira Simões Duarte Ambrósio e a PRICEWATERHOUSECOOPERS & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., representada, pelo Dr. José Miguel Dantas Maio Marques.-----

Após saudar os presentes, iniciou-se a assembleia geral com a leitura da ordem de trabalhos pela Presidente da Mesa, que deu a palavra à Presidente do Conselho de Administração, dando início ao **ponto um** da ordem de trabalhos. Nesta sequência, a Dra. Maria Lídia Ferreira Sequeira referiu que, o ano de 2017 ainda não foi o ano de viragem para o Porto de

Setúbal, uma vez que ainda subsistem constrangimentos ~~financiosos~~, a resolver através de investimento, nomeadamente com o alargamento e aumento de profundidade do canal de navegação, cuja realização o Conselho de Administração levou a cabo através de um concurso público internacional para a execução do projeto de Acessibilidades Marítimas do Porto de Setúbal, cujo lançamento ocorreu em 2017. Este concurso foi objeto de recurso junto do tribunal de primeira instância por parte de um dos concorrentes, tendo a decisão judicial sido favorável à APSS, sendo que um posterior recurso à segunda instância não afetaria a prossecução desta obra. No entanto, aquele concorrente decidiu não interpor recurso. A Presidente referiu igualmente que o contrato objeto do concurso internacional foi assinado já em 2018, estando a aguardar visto do Tribunal de Contas, havendo neste momento a expectativa que a obra avance a partir de outubro do corrente ano. Relativamente à questão da importância da obra, foi mencionado que, o alargamento do canal de navegação permite, no caso dos navios Roll-on/Roll-off, o cruzamento dos mesmos no já citado canal, permitindo evitar que o trânsito destes navios impeça o restante tráfego marítimo no canal, por períodos que podem atingir uma duração superior a duas horas, facto pouco perceptível para a maioria das pessoas, sendo este um problema cujo projeto de Acessibilidades Marítimas do Porto de Setúbal permite resolver.

A Presidente do Conselho de Administração realçou a importância do início da atividade de um novo operador portuário, que em termos de dimensão está graduado em segundo lugar no International Maritime Centre (IMC), o que permite prever boas perspetivas para o porto de Setúbal, que só poderão ser totalmente concretizadas ao nível da operação com a conclusão da citada obra.

Foram igualmente realçados os bons indicadores financeiros da APSS, apenas faltando a realização do investimento previsto.

Após esta intervenção e ainda no âmbito do **ponto um** da ordem de trabalhos desta assembleia geral a Presidente da Mesa deu a palavra à Dra. Teresa Isabel Carvalho Costa, que agradeceu toda a colaboração da APSS e da sua Administração para a realização do trabalho do Conselho Fiscal, salientando igualmente a existência de bons indicadores financeiros.

Após esta intervenção a Presidente da Mesa deu a palavra ao Dr. José Miguel Dantas Maio Marques, que agradeceu toda a colaboração da APSS, da sua Administração e do Conselho Fiscal, salientando a importância da concretização do investimento mencionado pela Presidente do Conselho de Administração.

Finalmente a Presidente da Mesa, ainda em relação ao **ponto um**, passou a palavra ao representante do acionista Estado que deliberou favoravelmente a aprovação do relatório de gestão e as contas de 2017, atenta à reserva constante na Certificação Legal das Contas e o parecer do Conselho Fiscal, recomendando que o Conselho de Administração diligencie no sentido de:

- i. Dar cumprimento à redução do prazo médio de pagamentos, de acordo com o estipulado na RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro;
- ii. Dar cumprimento ao disposto no n.º 1 do artigo 145.º do Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio, relativamente ao peso dos gastos operacionais no volume de

negócios;-----

- iii. Dar cumprimento integral ao Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado no exercício de 2018;-----
- iv. Regularizar a situação subjacente à reserva expressa na Certificação Legal das Contas, relativamente ao não reconhecimento por parte da APSS de ativos e passivo, resultantes de contrato de concessão.-----

Mais referiu o Dr. André Bernardo de Lemos Alves, que não tendo sido possível assegurar o cumprimento de todos os formalismos associados ao processo de apreciação do relatório de boas práticas do governo societário da APSS de 2017, o acionista Estado propõe e vota favoravelmente que o supramencionado documento seja posteriormente objeto de votação através de deliberação social unânime por escrito.-----

No seguimento das recomendações e ainda no âmbito do ponto 1, a Presidente da Mesa deu novamente a palavra à Presidente do Conselho de Administração, que quanto ao prazo de pagamentos superior a 45 dias referiu que o mesmo não deverá ocorrer em 2018, uma vez que já neste ano a APSS decidiu alterar a política da empresa de pagar até 60 dias, passando a pagar até 30 dias. Em relação aos gastos operacionais referiu que estes são proporcionais à atividade da empresa, ou seja estão ligados à operação e reiterou que o objetivo deste Conselho de Administração é aumentar a atividade da empresa, o que implica investimentos para os quais existem algumas reservas financeiras.-----

Passando ao **ponto dois** da ordem de trabalhos, a Presidente da Mesa deu a palavra ao Vogal do Conselho de Administração Dr. José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco, que indicou a proposta de aplicação de resultados líquidos do exercício de 2017:-----

- i) Reservas não Distribuíveis – Concessões: 242.248,82 euros;-----
- ii) Reserva de investimento – 3.176.682,18 euros.-----

A Presidente da Mesa deu a palavra ao representante do acionista Estado, que propôs e deliberou favoravelmente a seguinte aplicação do resultado líquido apurado no exercício de 2017 da APSS, no valor de 3.418.931 euros:-----

- i) Reservas não Distribuíveis – Concessões: 242.248,82 euros;-----
- ii) Reserva de investimento – 1.176.682,18 euros;-----
- iii) Dividendos – 2.000.000,00 euros.-----

Relativamente ao **ponto três** da ordem de trabalhos, a Presidente da Mesa deu a palavra ao representante do acionista Estado, que propôs e deliberou favoravelmente, nos termos do n.º 1 do artigo 455.º do Código das Sociedades Comerciais, um voto de apreço pelo trabalho realizado pelos órgãos da administração e fiscalização da sociedade.-----

Passando para o **ponto quatro** da ordem de trabalhos, o representante do acionista Estado referiu não ter sido possível assegurar o cumprimento de todos os formalismos associados ao processo de apreciação do Plano da Atividades e Orçamento 2018/2020. Assim, o representante do acionista Estado propôs e votou favoravelmente que o supramencionado documento seja posteriormente objeto de deliberação através de deliberação social unânime por escrito.-----

Nesta sequência e ainda dentro do **ponto quatro** da ordem de trabalhos, a Presidente da Mesa deu a palavra à Presidente do Conselho de Administração, que salientou que o modelo de gestão

deveria incluir previamente a realização do Plano de Atividades e Orçamento, a sua aprovação e posterior avaliação do cumprimento dos objetivos pelo Conselho de Administração. O Dr. José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco acrescentou ainda que o Plano de Atividades e Orçamento, relativo a 2017, não foi aprovado, pelo que questionou a forma como deveriam ser ratificados, pelo acionista, os atos de gestão respeitantes a esse ano. A Presidente da Mesa cedeu a palavra ao representante do acionista Estado, que indicou a possibilidade desta validação ser efetuada pela aprovação das contas da empresa de 2017 pelo Estado tendo, no entanto, a Dra. Maria Lídia Ferreira Sequeira solicitado a clarificação deste aspeto ao acionista da APSS.

Nesta sequência e não havendo outro ponto da ordem de trabalhos a discutir, a Presidente da Mesa agradeceu a todos os elementos a sua presença, dando por encerrada a assembleia geral às 13:00 horas, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pela Presidente da Mesa e respetivo Secretário.

A PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro

O SECRETÁRIO DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Pedro Manuel Mota Carecho Grilo

TERMO DE ENCERRAMENTO

Tem este livro 60 folhas, incluídas a do termo de abertura e a de encerramento, todas sequencialmente numeradas e rubricadas pelo Conselho de Administração, com exceção da primeira e da última, com as seguintes rubricas:

DATA: _____ de _____ de 2005

O Conselho de Administração,

Carla Maria de Sousa Lopes
APSS
Administração dos Portos
de Setúbal e Sesimbra, SA
Ricardo Rome

2.ª Conservatória do Registo Predial e Comercial de Setúbal, em 16 de Junho de 2005.

Foi liquidado imposto de selo no montante de 30 € em 30 de Maio de 2005, guia n.º 80054009111, pago pela vinheta 81850

A Ajudante,
fm Mari-Exp Varela